



OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR: bem-vindos à Matrix !

Rafael Rossi

Universidade Estadual Paulista

Maria P. de Fatima Rotta Furlanetti

Universidade Estadual Paulista

Aline Cristina Santana Rossi

Universidade Estadual Paulista

RESUMO

O presente texto tem por finalidade nos servir de instrumento através do qual iremos expor nossas experiências junto à Educação de Jovens e Adultos e a discussão nessa modalidade de ensino, da questão agrária brasileira dentro da disciplina de Geografia. São grandes e ambiciosos os desafios que se colocam rumo a uma educação para a autonomia na perspectiva de Piaget. Mais que isso a prática de docência estimula o engajamento político-pedagógico e crítico por uma emancipação da classe trabalhadora. Nossa metodologia deu-se na discussão de diversos gêneros literários, música e palestra com convidado sobre o tema da questão agrária. A partir dessas atividades surge a questão da necessidade de construção de uma consciência de classe trabalhadora, a partir do exemplo do MST, que avance e englobe também os trabalhadores do espaço urbano, a fim de construir uma ideologia da classe trabalhadora pela união de forças e pela mobilização mais ampliada e disseminada de debates sobre as contradições do atual modo de produção capitalista.

Palavras chave: Consciência de classe, Educação de Jovens e Adultos, Classe trabalhadora, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

This paper aims to serve as an instrument through which we expose our experience with the Youth and Adult Education and the discussion in this modality of education, agrarian issue within the discipline of Geography. They are big and ambitious challenges facing towards an education for autonomy in the context of Piaget. More than that the practice of teaching encourages political engagement, pedagogical and critical for an emancipation of the working class. Our methodology took place in the discussion of various literary genres, music and lecture with guest on the theme of the agrarian question. From these activities the question arises of the need to build a working class consciousness, from the example of the MST, to come forward and also covers employees of urban space in order to construct an ideology of the working class by joining forces and by mobilizing broader and widespread debates about the contradictions of the current capitalist mode of production.

Keywords: Class consciousness, youth and adults education, working class, movement of landless rural workers.

INTRODUÇÃO

Este artigo serve-nos de instrumento através do qual utilizamos para problematizar a questão agrária a partir de uma perspectiva construída coletivamente na Educação de Jovens e Adultos no município de Presidente Prudente – SP. Isto quer dizer que nossas experiências oriundas das aulas que ocorrem no bairro Parque Cedral do referido município, por meio de nosso engajamento no Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA – vinculado à Pro – reitoria de extensão da Universidade Estadual Paulista – UNESP, tem nos permitido refletir quanto aos desafios que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no tocante ao fortalecimento da sua luta por um projeto socialista ao Brasil, em que nesse processo estejam presentes também os trabalhadores urbanos e não somente os do campo.

Neste aspecto, vale à pena colocar em discussão o pensamento marxista de Lukács (1974) quanto à luta por uma ideologia da classe trabalhadora que contrapese e combata a ideologia das classes dominantes que atuam de maneira hegemônica no senso comum, desarticulando possíveis engajamentos e desencorajando as reivindicações dos trabalhadores organizados coletivamente de diversas maneiras. O universo que se mostra aberto de potencialidades às conquistas rumo a uma ordem social para além do capital e com patamares mais efetivos e menos efêmeros de justiça social, em muitos casos encontra sérias e agravantes dificuldades de prosperar e se difundir perante os trabalhadores que residem em espaços urbanos. Isso, por sua vez, em nossa compreensão aumenta e contribui para a não união de mobilizações e forças entre os trabalhadores e trabalhadoras de modo geral (urbanos e do campo), acentuando inclusive, o não debate aberto de exposição de idéias e ideários, a não exposição de posicionamentos e a intensificação da falta de esperança e ações refletidas, raciocinadas entre aqueles que hoje se encontram nas mais absolutas e constantes situações de opressão. Nesse contexto o oprimido de hoje, caso encontre maneiras individualistas e descomprometidas de ascender socioeconomicamente incorre na vulnerabilidade de reproduzir a lógica despótica do atual modo de produção capitalista, ao encarnar a forma social de opressor, legitimando patamares históricos no caso brasileiro de desigualdades e explorações.

Assim, dividiremos nosso texto e mais três partes. Na primeira parte exemplificamos nossas discussões e atividades dentro da sala de EJA inserida no bairro Parque Cedral de Presidente Prudente–SP. Na segunda parte, problematizamos o mote central desse artigo a partir dos debates que nossa experiência nos proporcionou através de ações embasadas teoricamente e

vislumbradas a partir da experiência empírica de prática (enquanto educadores, porém e, sobretudo, enquanto educandos, visto que quem ensina sempre aprende se desenvolver autonomia e sensibilidade na perspectiva piagetiana). Por fim, a terceira parte destina-se à nossas considerações finais, mas que de maneira alguma pretendem encerrar-se hermeticamente ao debate tão “quente” e instigante à que nos propomos colocar na pauta de preocupações de todos aqueles engajados na construção de uma educação para a liberdade, sem as amarras e castrações que o desenvolvimento sociometabólico do capital nos impõe e impulsiona. Dessa forma, críticas e sugestões são bem-vindas e há muito aguardadas...

QUANDO DESCOBRIMOS A MATRIX

O PEJA trata-se de um programa vinculado à Pro - reitoria de Extensão da UNESP, que proporciona aos estudantes de graduação em licenciatura de diversas áreas: Pedagogia, Geografia, Matemática, etc., a oportunidade de adentrar nos desafios da prática de docência do cotidiano que a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA proporciona e instiga. Trata-se de uma dupla condição pela prática: enquanto educadores/as os estudantes percebem os compromissos político-pedagógicos que essa tarefa induz e exige no tocante à docência e à pesquisa, uma vez que semanalmente são realizadas reuniões coletivamente no interior do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular – GEPEP, vinculado ao Departamento de Educação da UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP. Em tais encontros discutem-se a preparação das aulas, seus conteúdos, abordagens, perspectivas e leituras que pelo viés do método marxista em educação permite “aprumar” nossas ações e reflexões no ambiente da sala de aula e em uma prerrogativa que aceita e compreende nossos educandos/as em EJA como parceiros de pesquisa e ensino, sendo que de maneira alguma estimulamos práticas que os resumem em análises contabilizadas de maneira maniqueísta a meros objeto de estudo, sem interferência e “voz”.

Nossa inserção no PEJA deu-se na sala de aula do bairro Parque Cedral desde fevereiro de 2012, no entanto nossas reflexões remontam junto à formação deste grupo de pesquisa e estudos. Nesta parte do texto iremos expor algumas de nossas ações junto a essa modalidade de ensino dentro da referida sala de aula, que funciona em um salão da Paróquia Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, porém aos leitores mais acadêmicos e exigentes com a discussão teórica que iremos adentrar e questionar aconselhamos ir direto à próxima parte do texto. Contudo, vale à pena afirmar que nossas experiências aqui expostas não nos servem para exemplificar e simplificar de modo imaturo como se fossem “receitas de bolo” a serem seguidas obviamente e sem reflexão com intuito de alcançar os mesmos resultados. Tal metodologia pode ser aplicada a algumas pesquisas nas Ciências Exatas, porém nas Ciências Humanas o debate e a discussão permitem raciocínios que almejem um “vôo de pássaro” possibilitando uma visão de conjunto, porém

referenciados empiricamente pela práxis transformadora e emancipatória da classe trabalhadora, nossa principal interlocutora e inspiração. Nesse aspecto vale lembrar a proposição de Marcuse (2009) em que o mesmo defende que para caminharmos rumo a uma teoria social crítica, devemos ter em consideração ações para: expor, propor e politizar, o que acrescentaríamos: problematizando dialeticamente.

A sala de aula do bairro Parque Cedral possui seis educandos/as: dois homens e quatro mulheres e funciona do 5º ao 9º ano. Desses, cinco tiveram suas histórias de vida marcadas pelo ambiente do campo. Quando iniciamos o reconhecimento de suas trajetórias de vida e expectativas com a educação percebemos que as palavras “roça”, “luta” e “campo” se esboçaram com ênfase e de maneira constante. Assim, dentro da disciplina Geografia, a qual nos inserimos, começamos a pesquisar notícias, textos e atividades que nos ajudassem a tratar da questão agrária e os interesses presentes nessa temática, tendo como foco e objetivo central a desmistificação de discursos presentes na mídia, que em geral e predominantemente reforçam a visão “salvadora e progressista” do agronegócio correspondendo à ideologia dominante das classes que exercem hegemonia em muitas decisões do Estado capitalista brasileiro.

Para tanto, em nossas aulas iniciais trabalhamos o texto: “Concepções de Estado” de Gentil (2011a) em que a autora explicita as múltiplas definições e abordagens sobre o que é o Estado, porém dando enfoque na definição de Estado Ampliado do filósofo italiano Antonio Gramsci. É interessante pensar nessa abordagem, pois a autora delinea seus encadeamentos lógicos no interior do texto apresentando o Estado atrelado à luta de classes, isto é, permeado em muitos casos pelos conflitos oriundos da sociedade civil e da sociedade política. Nesse aspecto, vale salientar que oferecemos destaque à sociedade civil com relação aos movimentos sociais do campo, com exemplo do MST, visto que um de nossos educandos/as já fora militante desse movimento de luta pela terra e por um projeto socialista para a sociedade brasileira. Tal atitude deu-se em função de nosso arcabouço de inspiração metodológica ser também os pensamentos e posicionamentos de Paulo Freire, em que para o mesmo devemos partir do cotidiano e da cultura popular como aporte para unir o saber científico ao saber popular, referenciando a teoria na prática vivida no dia-a-dia.

As políticas públicas neste contexto de opção metodológica também aparecem enquanto resultado de lutas, conflitos, consensos ou barganhas entre grupos e classes sociais que se enfrentam ou realizam alianças no interior do Estado. Com esse debate procuramos entender como o Estado se faz presente em nossas vidas, como podemos nos inserir politicamente na luta pela solução de problemas sociais comuns e, ainda, o poder de união e coletividade como estratégia necessária e urgente para maiores reivindicações. A fala de um de nossos educandos nos chamou a atenção e merece ser aqui reproduzida:

“Os movimentos sociais de luta pela terra são interessante, pois a gente pode perceber que é lutando que a gente mostra que os coronel também pode cair. Eles tem poder por que se junta e a gente se juntando fica maior que eles”.

A partir dessa fala fortalecemos nossa convicção de aprofundar nossas aulas para a questão agrária. Após as aulas de discussão sobre o texto de Gentil (2011b) pedimos que eles nos trouxessem alguma notícia em qualquer meio de mídia: jornal impresso, televisivo, internet, rádio, etc., sobre alguma ação da sociedade civil e da sociedade política. O exemplo que surgiu foi a notícia sobre o debate de terras devolutas no Pontal do Paranapanema, região em que se localiza o município de Presidente Prudente – SP e uma das maiores áreas de conflitos agrários do país. A decisão do governo em regularizar os títulos de propriedades rurais de até 500 hectares apareceu como indício da sociedade política em que estão presentes representantes e defensores do modelo de desenvolvimento agrário do agronegócio e a não aceitação dessa tomada de decisão pelos movimentos sociais do campo, com destaque para o MST apareceu como posicionamento da sociedade civil, pela Reforma Agrária.

Em seguida, trabalhamos o texto: “Cutrale é condenada por grilagem e desrespeitar direitos em tribunal popular”. Essa reportagem nos permitiu problematizar a respeito das ações da empresa Cutrale no município de Iaras, região de Bauru – SP, com relação à forte e violenta coerção que trabalhadores/as do campo sofreram ao realizar pacificamente o ato de ocupação de uma das fazendas pertencentes a essa empresa. Novamente a palavra “luta” apareceu com força na opinião de nossos educandos/as, aos quais lembramos a frase: “A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2003, p.26), a fim de explicitar que esses enfrentamentos entre classes sociais distintas como fruto de um processo histórico marcado em nosso país, no que concerne à questão agrária, por um contexto de alta concentração fundiária, de renda e da propriedade privada da terra e dos meios de produção.

Após essa fase, convidamos o Prof. Dr. Colaborador vinculado ao Departamento de Geografia da UNESP/FCT de Presidente Prudente: Carlos Alberto Feliciano. Nosso intuito foi trazer um pesquisador com envolvimento na área da Geografia Agrária de mais de 15 anos, cuja formação e engajamento posicionam-se a favor da classe trabalhadora do campo. Este convidado preparou uma apresentação em multimídia sobre os conflitos agrários na região do Pontal do Paranapanema e que foram pouco a pouco sendo contados e narrados em uma outra perspectiva: a dos camponeses, já que este professor teve durante seu doutoramento em Geografia o contato direto com militantes de movimentos sociais do campo. Essa experiência tem-se mostrado até os dias de hoje muito frutífera, pois nossos educandos/as mostraram-se entusiasmados com a discussão da questão agrária de um ponto de vista diferente daquele transmitido e disseminado predominantemente pela imprensa de maneira geral. Percebemos que toda

semana a presença dos educandos/as nas aulas era maciça, apontando-nos pelo caminho de continuar discutindo os conteúdos educativos com base nas contradições sociais do sistema capitalista, embasadas no caso específico da questão agrária brasileira. Por isso a metáfora do título deste artigo: “bem-vindos à matrix”, em alusão ao mundo real descoberto pelo personagem Neo no filme Matrix do ano de 1999 e de direção dos irmãos Wachowski, já que nossos parceiros ampliaram suas visões de mundo e nesse processo nos “empurraram” junto, ou seja, arriscamos dizer que nosso aprendizado foi maior que o deles, já que o desafio em unir a linguagem científica da teoria acadêmica a partir da problematização oriunda do cotidiano exige um esforço constante de interlocução que, cada vez mais, nos deixa claro o caráter revolucionário que o educador/a pode – e em nosso ponto de vista, deve – assumir.

Retomamos o conteúdo discutido pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano com o diálogo sobre o texto: “Movimentos Sociais do Campo” também de Gentil (2011). Neste, a autora aponta a necessidade de considerar na análise e estudo dos movimentos sociais o contexto em que ocorrem as relações sociais do campo, porém de forma geral, no Brasil, tal contexto possui como características: a predominância de latifúndios e de monocultura, a expropriação e exclusão de trabalhadores/as do campo, a resistência da agricultura familiar e dos movimentos sociais do campo, etc. Assim, mais uma vez conversamos sobre o conceito de luta de classes e de união para fazer valer nossos direitos, a fim de avançar rumo a um poder tático de reivindicação mais forte e maduro. Junto a essas atividades também apresentamos a música: “Cio da terra” de composição de Chico Buarque e Milton Nascimento e, ainda, o poema “O chão e o pão” de Cecília Meireles. Todos os textos eram lidos em sala de aula coletivamente, isto é, quem se habilitasse a compartilhar em voz alta o texto em debate. Após a leitura colocávamos na lousa as principais palavras que nos ficaram marcadas no intuito de perceber as “palavras-chave” de cada atividade, assim, terminávamos a aula com a sugestão de algumas perguntas para serem respondidas no próximo encontro, além de pedir para os educandos/as anotarem notícias que tivessem contato na mídia a respeito dos temas trabalhados.

Convidamos também os educandos/as a assistirem o lançamento do livro: “Dicionário da Educação do Campo” organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto; realizado no auditório da UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP, no dia 10 de Maio de 2012, contando ainda com a presença de João Pedro Stedille e Bernardo Mançano Fernandes, sendo que de seis educandos/as, quatro compareceram com um brilho no olhar que em muito nos conforta e impulsiona no caminho do engajamento político-pedagógico. Ao final de todas essas ações, pedimos que eles escrevessem um pequeno texto respondendo a pergunta: “Qual modelo de desenvolvimento agrário é mais justo e saudável: o agronegócio ou a agricultura camponesa?” Intentamos com tal questionamento perceber o poder de síntese presente na escrita dos educandos/as uma vez que estes tiveram acesso a todas essas

discussões e opiniões a respeito da questão agrária brasileira. Tomamos aqui a liberdade de reproduzir uma das respostas:

“O agronegocio mata nossas vida. Tira noso trabalio e nossas terra, joga veneno nos alimentu e nos plantiu. Por issu devemo luta pra fortalece os pequenu agricultor, pra pode alimenta todo mundo e ter mais paz no campo.”

Também apresentamos em sala de aula o texto: “Assembléia na Carpintaria” de autor desconhecido. O texto fala de uma reunião entre as ferramentas (martelo, lixa, parafuso, serrote, etc.) e os seus defeitos, sendo que quando o marceneiro aparece e usa todos os utensílios, consegue transformar uma madeira rústica em um fino móvel. Dessa forma, pode-se refletir sobre trabalharmos com as qualidades alheias e não focar somente nos defeitos. É importante afirmar que na aula em que esse texto foi usado uma de nossas educandas nos indagou: “Por que somente as ferramenta percebeu isso quando o capinteiro chegou? Não poderiam ter descoberto sozinhas?” Mais uma vez fomos surpreendidos de maneira positiva com a criticidade desses sujeitos. Aprofundamos nessa indagação apontando a importância da coletividade e em se colocar abertamente as questões e desafios que nos aparecem no dia-a-dia. A fim de partirmos do cotidiano e trabalhar a teoria, tomamos, por exemplo, a fábrica de sabão e tijolos que é sustentada com a força de trabalho dos educandos/as e demais fiéis da Paróquia Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, local em que estas aulas ocorrem em salão à parte. Demonstramos que embora nem todos os que ajudavam em tal fábrica fossem íntimos e/ou amigos, todos estavam juntos contribuindo de alguma forma para fabricar sabão caseiro (para lavar louça e roupa) e tijolos, sem receber qualquer tipo de pagamento, a fim de que com a venda de tais produtos ajudarem nas despesas e necessidades da Igreja que freqüentavam, sendo assim um exemplo prático e real para introduzir a relevância do coletivo, além do fato de terem que discutir os rumos de tal fábrica, sua rotina e seu processo produtivo de maneira conjunta no diálogo, sem dessa maneira, necessitar de um “carpinteiro” ou alguém de fora para apontar as qualidades deles mesmos.

Todos nossos intentos também se baseiam na perspectiva de Mészáros (2008), quando este apresenta idéias e argumentos enriquecedores à reflexão pedagógica ao associar os processos sociais e educativos. Em sua perspectiva não poderá haver mudanças radicais no sistema educacional sem, contudo, haver rupturas e reformas no controle do sistema do capital. Nesse aspecto, a educação não deve se preocupar tão somente em qualificar com vistas ao mercado de trabalho, mas sim para a vida, num processo de “escolarização”. A educação deve ser o aporte necessário para investirmos em estratégias de pesquisa e ensino no sentido de promover a superação do processo de alienação posto em prática pelo capital,

onde o lucro, a competição, o individualismo coroados pela lógica da “exclusão” se tornam cada vez mais presentes na realidade, transmitidos através da ideologia dominante.

Esse ponto da discussão nos é favorável de salientar com relação à Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Nessa modalidade de ensino, embora alguns educandos/as possuam interesses e ambições imediatos com relação ao seu certificado e, com isso, se manterem ativos no mercado de trabalho; compreendemos em nosso grupo de pesquisa que a tarefa pedagógica está justamente em extrapolar e expandir os horizontes de entendimento sobre temas como trabalho e educação. O desafio está intimamente ligado a essa meta, ou seja, pensar em meios de desconstruir a idéia de trabalho opressor e alienante, para destacar a importância da reivindicação, de saber valer seus direitos constitucionais, a fim de que a conotação sobre a contribuição social possa aparecer. Isto quer dizer que o PEJA é um campo propício a instigar discussões sobre a importância da coletividade, uma vez que não dispomos dos aparatos técnicos e legais para certificar nossos educandos/as, sendo este fato em si um indicador de que os mesmos freqüentam nossa sala de aula com intuito de continuarem no caminho da educação formal, por meio do debate, da crítica em sala de aula à temas do cotidiano e do compartilhamento de novas visões de mundo.

O princípio da “escolarização” merece aparecer com ênfase em nossa discussão. A vontade em ler o mundo, em entendê-lo e em conquistar novas visões que nossos educandos/as apresentam e que entendemos como sendo a escolarização, tem nos permitido considerar esse princípio como elemento fundamental de ser fortalecido na EJA a fim de combater os altos índices de “despertencimentos” ainda presentes nessa modalidade de ensino. Por que dizemos despertencimento ao invés de abandono e desistência? A idéia de que os educandos/as abandonaram a EJA apresenta conotações que não explicam o motivo de tal saída, sendo que o mesmo ocorre quando dizemos “desistência”, ou seja, soa como fracasso operante em terem saído da escola e este pensamento está sempre presente nos discursos que embasam fechamentos de salas de EJA.

Por isso dizemos despertencimento, pois a partir de nossas experiências acumuladas através das pesquisas que desenvolvemos e de nossas observações no PEJA inferimos que quando o educando/a sai dessa modalidade de ensino, ele o faz por não se sentir mais como “pertencente” àquele ambiente, inclusive à educação de maneira geral; ele perdeu os vínculos e estímulos educacionais e assim não se considera mais “parte” daquele ambiente. Dessa maneira, encontramos no fortalecimento de ações que promovam a escolarização, bases sólidas para prosseguimos rumo à uma educação que integra essas pessoas na cultura do letramento, do alfabetismo, sendo assim inclusiva, acolhedora e menos seletiva, menos excludente e perversa. Uma das maiores questões nesse aspecto, a partir das discussões e atividades já elencadas nessa sala de aula aqui em debate, foi o aspecto da união. Após a desconstrução da imagem

predominantemente preconceituosa a respeito do MST propagandeada pela mídia local e que foi problematizada com as ações que já comentamos sobre um ponto de vista da classe trabalhadora camponesa, um questionamento surgiu em sala de aula e que impulsionou diretamente a opção em escrever este texto: “Já que a mídia fala mal do MST, por que ele não chama pra luta de vez os trabalhador da cidade junto com eles?” Essa pergunta abrange tantos e complexos processos que, embora necessite de um grande e meticuloso estudo sob a ótica marxista, nosso convívio nos fez vislumbrar patamares até então não imaginados...

OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR: DELINEAMENTOS E DESAFIOS

A pergunta que apontamos no final do item anterior realmente nos desafiou no âmbito de nossas práticas educativas. Como responder a tal questionamento? Por onde começar? Qual rumo seguir? Tais perguntas ao mesmo tempo nos deixavam inquietos, angustiados e instigados por uma resposta, ou talvez várias... Nesse aspecto, iremos expor nossos entendimentos e ensaios que perpassam esse processo de pesquisa e investigação através da proposição de Lukács (1974).

É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, a dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova. A separação capitalista entre produtor e o processo de conjunto da produção, a parcelarização do processo do trabalho em partes que deixam de lado o caráter humano do trabalhador, a atomização da sociedade em indivíduos que vão produzindo sempre sem plano e sem acordo, etc., tudo isso devia necessariamente exercer também uma profunda influência no pensamento, na ciência e na filosofia do capitalismo. E o que há de fundamentalmente revolucionário na ciência proletária não é apenas o fato de opor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas sim, em primeiro lugar, a essência revolucionária do próprio método. O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência. (LUKACS, 1974, p. 41)

Começamos nosso delineamento através desse trecho, portanto vamos ao debate... O método marxista de análise parte da concepção de totalidade, não fragmentando de maneira irracional e ilógica os fatos sociais, isolando-os de maneira precipitada e despreocupada a fim de contribuir para uma especialização técnica administrativa das Ciências Humanas. Nesse sentido, quando tratamos da questão agrária brasileira na sala de aula do bairro Parque Cedral, a todo instante explicitávamos as diferenças entre o modo de produção capitalista e socialista, uma vez que nosso exemplo preponderante de movimento social do campo foi o

MST e o mesmo não luta somente pelo acesso a terra, mas também rumo à um projeto societário socialista para o Brasil. Assim:

A vocação de uma classe para dominação significa que, é possível organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os seus interesses de classe a partir desses interesses, a partir sua consciência de classe. E a questão decisiva, em última análise, de toda luta de classes é: que classe dispõe, no momento preciso, de tal capacidade e de tal consciência de classe? Isso não elimina o papel da violência na história, nem garante que os interesses de classe chamados a dominar e que são portadores dos interesses do desenvolvimento social tenham a sua vitória assegurada. Pelo contrário, em primeiro lugar, muito frequentemente as próprias condições da afirmação dos interesses de determinada classe são geradas por meio da mais brutal violência (por exemplo, a acumulação primitiva do capital); em segundo lugar, é precisamente nas questões de violência, nas situações em que as classes se defrontam numa luta de vida ou morte, que os problemas da consciência de classe constituem os momentos finalmente decisivos. (LUKÁCS, 1974, p. 66)

O trecho de Lukács (1974) com relação às questões levantadas em muito nos ajudam nos desvendamentos possíveis de serem vislumbrados com a inquietante pergunta que ainda nos ressoa, feita por nossos educandos/as. Ora, a questão agrária brasileira é justamente uma questão, pois até os dias de hoje não fora respondida, resolvida. E por que isso ocorre? Pois se trata de uma questão que envolve sérias e acentuadas lutas de classes históricas neste país. Podemos perceber desde o período colonial pelas capitânicas hereditárias e a doação de sesmarias pela Coroa, a concentração da propriedade da terra. Inclusive atribui-se ao caso brasileiro a existência de uma das maiores propriedades de terra do mundo, uma área de cerca de 300 mil km² de extensão, o que equivale a três vezes a extensão de Portugal, de acordo com Garcia (2012).

Desde as lutas de resistência dos indígenas nativos contra o cativo da terra, a exploração, a espoliação (desde o século XVI), as lutas messiânicas (final do século XIX e começo do século XX), ao cangaço (século XX); das Ligas Camponesas, que se envolveram numa luta de resistência à expropriação e ao assalariamento forçado (nos anos de 1945 a 1960), com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de setores progressistas da Igreja Católica (CEBs, CPT, já nos anos 1975), ao MST (a partir de 1980), a luta nunca cessou, em nenhum momento. (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 02)

O trecho de Thomaz Junior (2010) nos aponta o delineamento da questão de luta pela terra como caráter e processo histórico no caso brasileiro, instigando problematizações que explicitem e considerem a luta de classes, com intuito de elucidar sua expressão na dinâmica territorial no tecido social do trabalho. Sendo assim, faz-se necessário atentar para o fato de que o capital e seu desenvolvimento expansivo demonstram especificidades claras pela sua territorialização no campo. Sua forma de organização submete à sua coordenação toda relação de produção que não se subordine à sua lógica de concentração fundiária e de renda, maximizados no período atual pelo agrohidronegócio (termo cunhado por Thomaz Junior (2011) como expressão da ganância do agronegócio por terras planas, férteis, que contem com o aparato logístico de transporte adequado e que contem com disponibilidade hídrica) e à vinculação crescente do campo a indústria e ao capital financeiro excludente. De outro lado, temos milhares de trabalhadores/as que lutam pela terra, pela educação, por condições de vida digna que resistam a esse processo perverso e altamente nocivo do capital. Nesse aspecto a luta de classes aparece como elemento central a ser investigado em função da disputa territorial empreendida no campo. Como nos lembra Mészáros (2002) o sistema do capital se configura em um sistema sociometabólico que subverte os valores de uso em valores de troca, sendo que as “mediações de primeira ordem” do homem com a natureza, por meio do trabalho, sofrem da sobreposição da acumulação e reprodução do capital (daí a necessidade do capital expandir, ou seja, para continuar subvertendo e se territorializando).

Acontece que o poder da ideologia dominante, disseminada de maneira avassaladora na televisão, nas festividades do agronegócio através de suas feiras e rodeios, no rádio, na internet, nas revistas de ampla divulgação, em jornais, etc., transpõe barreiras das mais diversas materialidades e imaterialidades e penetra na opinião do senso comum. Nossas observações na sala de aula que mantivemos contato, nos permite afirmar que no início do mês de fevereiro alguns dos educandos/as possuíam fortemente a imagem dos militantes do MST como arruaceiros e violentos, sendo que gradativamente essa perspectiva foi desconstruída (ao menos acreditamos que sim através das opiniões expressas no mês de junho) para surgir novas idéias e novas perspectivas de diálogo.

Somada a essas constatações, veio a pergunta que apresentamos no final do item anterior. Por isso trouxemos Lukács (1974) ao debate, visto que defendemos uma criação de discussões e mobilizações de luta pela terra e pelo socialismo no Brasil que efetivamente contribuam de maneira prática na construção de uma ideologia da classe trabalhadora. Usamos o conceito de classe social, pois defendemos que o mesmo ainda é capaz de politizar nosso posicionamento e diálogo. No entanto enquanto classe trabalhadora, entendemos todos os trabalhadores do campo e dos espaços urbanos que sofrem exploração, exclusão e expropriação; não tendo acesso à uma educação pública de qualidade, serviços de saúde, de proteção básica, de acessibilidade, de renda e, inclusive, de oportunidades de seus

descendentes superarem o “ciclo da desigualdade social” a que comumente foram e são submetidos.

Isso engrandece as possibilidades e amplia os horizontes de união entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo em sua luta a terem o apoio e engajamento também dos que labutam em espaços urbanos e que também sofrem processos de exclusão, opressão e expropriação. De maneira alguma desprezamos de maneira ignorante jornais socialistas, grupos e movimentos que intentam tal abordagem e aproximação, porém nos importa problematizar essa questão no tocante ao município de Presidente Prudente – SP, já que tais práticas não se mostram abrangentes na temporalidade de tais empreitadas e de maneira homogênea pelo espaço urbano. Como já nos alerta:

Só a consciência do proletariado pode mostrar como sair da crise do capitalismo. Enquanto esta consciência não está presente, a crise é permanente, regressa ao seu ponto de partida, repete a situação, até que, por fim, depois de infinitos sofrimentos e de terríveis rodeios, a lição dos fatos da história completa o processo de consciência do proletariado e repõe nas suas mãos a direção da história. Neste momento, o proletariado não tem por onde escolher. Como diz Marx, o proletariado tem que se tornar uma classe não só “face ao capital” mas também “para si próprio”; isto é, tem que elevar a necessidade econômica da sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe atuante. Os próprios pacifistas e os humanitaristas da luta de classe que, voluntaria ou involuntariamente, trabalham para entrar este processo já de si longo, tão doloroso e sujeito a tantas crises, ficariam horrorizados se compreendessem quantos sofrimentos impõem ao proletariado ao prolongarem esse ensinamento da experiência, pois o proletariado não pode fugir à sua vocação. O único problema está apenas em saber quanto terá ainda que sofrer antes de aceder à maturidade ideológica, ao conhecimento correto da sua situação de classe, à consciência de classe. (LUKÁCS, 1974, p. 91)

O desafio está colocado historicamente, resta-nos agir conscientemente: juntos, organizados e dispostos a caminhar pela ampliação da força da classe trabalhadora e sua ideologia, como estratégia de combate às classes dominantes que efetuam seus interesses e ambições sem grandes dificuldades e amparadas pela conivência desenfreada, em muitos casos, do Estado, se preocupando meramente em minimizar constantemente a “pobreza extrema” como forma de atenuar a revolta e as lutas de classe, não se comprometendo, portanto, na geração efetiva e concreta de iguais oportunidades a todos. Já dizia a música “Alagados” da banda Paralamas do Sucesso: “A cidade que tem braços abertos num cartão postal, com os punhos fechados na vida real, lhe nega oportunidades e mostra a face dura do mal”.

Assim, o lema do MST: “ocupar, resistir e produzir” em alusão à organização interna dos assentamentos e acampamentos, discutido no 2º Congresso Nacional de 1990, ganha novos contornos e amplia-nos rumo a um projeto de sociedade

além do capital. Nosso contato com a referida sala de aula permitiu uma compreensão mais ambiciosa de tal palavra de ordem. Além de ocupar a propriedade rural, resistir à pressão e violência das classes dominantes e elites agrárias através do sistema de coerção e produzir alimentos sem uso de agrotóxicos e elevado grau de mecanização da lavoura; o lema possibilita-nos a partir de toda discussão aqui proposta refletir em: ocupar novos espaços de luta (em especial os espaços urbanos), resistir à massificação desgraçadamente propagandeada pela ideologia ligada a grupos privados que exercem hegemonia no poder dentro da sociedade política e produzir, no sentido de união coletiva que extrapola somente a classe trabalhadora camponesa, para “dar a mão” aos trabalhadores urbanos na meta pela construção da ideologia da classe trabalhadora, com ambições plausíveis e urgentes à consciência de classe para a ação efetivada conscientemente, na prática da autonomia de acordo com a perspectiva piagetiana, como o quadro “A Dança” de Matisse nos permite debater e imaginar. Pois já afirmava nosso saudoso Paulo Freire: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1987, p.78)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso esforço neste breve ensaio deu-se na explicitação de nossas atividades na disciplina de Geografia com relação à EJA no Parque Cedral do município de Presidente Prudente – SP. Os desafios que a docência nos impõe dia-a-dia, aula a aula, nos mostram que o comprometimento/engajamento político do educador permite aprofundar em seu aspecto revolucionário, uma vez preocupado com a criação coletiva, por meio do diálogo aberto, de procedimentos e discussões que promovam a autonomia, a emancipação.

Nossos educandos/as nos desafiaram de tal forma que não conseguimos responder em absoluto todas as questões que nos foram colocadas. No entanto a tarefa continua, já que pretendemos continuar acompanhando a mencionada sala de aula. A tarefa realmente continua, pois a luta não terminou e no capitalismo as conquistas não se fazem materializadas por processos aleatórios ou abstratos. Na contramão desse raciocínio toda nossa experiência, aqui descrita e a partir de pesquisas já realizadas, apontam que através da união e perseverança em fazer valer nossos direitos já garantidos por lei e nos engajar em práticas para o reconhecimento perante a lei de condições que ainda não são direitos constitucionais, são caminhos importantes para conseguirmos avançar rumo à outra ordem social. Como trabalhar mais concretamente na construção de uma ideologia da classe trabalhadora, para que a população urbana se identifique com seus “irmãos” do campo? Como fazer extrapolar a família “Sem Terra”, como apontado por Caldart (2004), rumo a uma identificação mais ampla de classe trabalhadora junto ao espaço urbano? Essas e outras questões apareceram em nossa experiência, com sujeitos que intentamos a todo o momento a importância

de nos metamorfosear em agentes, de expectadores a atuantes. A mobilização de pesquisas e debates disseminados de maneira ampla e igualitária se faz urgente e necessária, portanto, como proceder? Que o caro leitor se metamorfoseie em interlocutor... Esperamos por isso.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987

GARCIA, J. C. Legitimidade da luta pela terra. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GENTIL, H. S. Concepções de Estado. *Caderno Pedagógico I – Educação do Campo*, vol.1, no.1, 2011a

GENTIL, H. S. Movimentos Sociais do Campo. *Caderno Pedagógico I – Educação do Campo*, vol.1, no.1, 2011b

MARCUSE, P. From critical urban theory to the right to the city. *City 13*: 185–197. 2009

MARX, K.; ENGLES, F. *Manifesto Comunista*. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. 2003.

MARX, K. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Ed. Boitempo, São Paulo. 2005

MEC/SECAD. *Assembléia na Carpintaria*. In: *Cadernos de EJA – Economia Solidária e Trabalho*. Disponível em: <[HTTP:www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Último acesso em: Abril de 2012.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

MST. *Cutrale é condenada por grilagem e desrespeitar direitos em tribunal popular*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Cutrale-vai-ao-banco-dos-reus-no-Tribunal-Popular-da-Terra>> Último acesso: Mar.2012.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe – estudos de dialética marxista*. Porto – Portugal: Publicações Escorpião. 1974

THOMAZ JUNIOR, A. Os desafios rumo a um projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). *São Paulo, Revista da ANPEGE*, v.7, no. 1, 2011.

Contato com o autor: rafaelrossi6789@hotmail.com, fatimarotta@hotmail.com,
Recebido em: 02/07/2012
Aprovado em: 11/02/2012